

A QUESTÃO AGRÁRIA COMO OBSTÁCULO AO DESENVOLVIMENTO EM CAIO PRADO JUNIOR E CELSO FURTADO

Armando Lírio de Souza¹

Abstract

This is a brief review of the debate on the issue in the agrarian works of Caio Prado Junior and the search for elements of this issue in Celso Furtado. Our choice is for the main show theoretical assumptions made by the author about the meaning of the training Brazilian and relate it to the role that the agrarian question assumes no explanatory model of each author. The works of reference of Caio Prado Junior were: A Brazilian Revolution (1966); The Agrarian Question (1987); Formation of Contemporary Brazil - Colony (1942). In Celso Furtado, it looked into the reading of: Theory and Politics of Economic Development (1967), a project for Brazil (1968), The Myth of Development (1974). The relevance of this theme is due to the fact that in contemporary remain theoretical studies on the matrix of these authors, based on varying historical and political, to understand the condition of stay of the concentration of land and insecurity of employment relationships in the field, while obstacle to economic and social development.

Key Words: Question Agrarian; Development; Brazilian Economy; agrarian reform.

Resumo

A questão agrária faz parte do contexto teórico de Caio Prado Junior e Celso Furtado sobre a formação econômica brasileira. O primeiro autor assume o significado prioritário do rompimento com a exploração extra-econômica como estratégia de alteração das condições de vida da população rural, mediante a extensão de direitos sociais ao campo. Identifica-se em Celso Furtado, mesmo ao realizar crítica a visão quantitativa que se concentra no “fenômeno de aumento da produtividade do fator trabalho”, uma preocupação com a combinação racional dos fatores produtivos terra e trabalho, na perspectiva de elevação da produtividade e o estabelecimento de um mercado de terras capaz de alterar a ineficiência ou inadequação da estrutura agrária brasileira. O cerne da questão agrária em Caio Prado Junior diz respeito a sua compreensão de que o Brasil não segue a “via clássica do desenvolvimento capitalista”. Nesse sentido, a estrutura agrária torna-se um elemento de referencia à medida que se mantinha, ao longo da segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX, um modelo próximo da estrutura colonial com a produção de grandes excedentes para o mercado externo. Na verdade, há uma perspectiva teórico-metodológica pautada em significados e processos históricos ou um “método interpretativo” que permitisse a análise e interpretação da conjuntura econômica, social e política. Observa-se nas proposições que mesmo ao

¹ Economista, Professor Assistente IV da Faculdade de Economia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará - UFPA, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento PLADES-NAEA-UFPA, Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS-FE-PGDR e bolsista CAPES.

defender a reforma agrária, a “revolução” não adviria da questão da terra no sentido de rupturas que representasse uma passagem para o socialismo. Não há dúvida que esta concepção supera sobremaneira o sentido esquemático da revolução democrático-burguesa (feudalismo-capitalismo-socialismo), pois, parece orientar para o aprofundamento das relações de reprodução capitalista, mediante o desenvolvimento das forças produtivas do campo, particularmente aquelas inseridas em relações de assalariamento e semi-assalariamento, portanto, uma revolução agrária não-camponesa. No que tange a relevância da questão agrária na obra furtadiana, observa-se que ela é subliminar e normalmente está relacionada à temática das desigualdades regionais e as proposições distributivas. Trata-se da opção por uma diferenciação de postura político-ideológica. Isso evidencia o caráter reformista e o formalismo econômico presente na interpretação furtadiana. Celso Furtado assumia, no início da década de 60, uma postura ideológica em defesa da estabilidade democrática e do padrão capitalista como modelo de desenvolvimento via industrialização e estruturação do mercado interno para romper com as fragilidades de acumulação endógena. Somente na fase pós-64, ao difundir uma visão estagnacionista, irá incorporar a temática da reforma agrária na defesa de reformas distributivas. Nota-se nitidamente a concepção de privilegiar a industrialização em detrimento a possibilidade da agricultura se tornar um setor dinâmico com algum grau de independência (subsidiária do desenvolvimento do mercado urbano - setor não-agrícola). No entanto, ao enfatizar que é preciso liquidar a estrutura agrícola arcaica para atender aos interesses de demandas do setor urbano, dá destaque, mesmo sem esse objetivo, a problemática agrária do Brasil, mas, utiliza-se da abordagem estruturalista como modelo explicativo. Percebe-se em alguns momentos uma aproximação entre Caio Prado Junior e Celso Furtado ao diagnosticarem a estrutura agrária como obstáculos ao desenvolvimento. No momento em que Caio Prado Junior argumenta sobre a existência de um setor orgânico voltado para fora *versus* um setor inorgânico ligado ao consumo interno (dualismo econômico em Celso Furtado). Normalmente, as bases de referência teórica são distintas, mas chegam a um resultado bastante semelhante. Caio Prado Junior realizou crítica a visão de Furtado sobre a questão agrária, pois a visão desenvolvimentista exclui o sentido da terra e sua apropriação, trata somente da passagem de uma agricultura tradicional para um setor agropecuário moderno. Reivindica o conceito de classe social para compreender as relações de trabalho, portanto, se contrapõe a concepção furtadiana de homogeneidade entre os interesses dos segmentos que atuam na agricultura.

Palavras-Chave: Questão Agrária; Desenvolvimento; Subdesenvolvimento; Economia Brasileira; reforma agrária.